



**ATA DA REUNIÃO DE
DOZE DE MAIO DE 2026**

-----No dia doze de maio de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência do senhor António Rui de Sousa Godinho Sampaio, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Jaime Miguel Fernandes Garcia, Nuno Miguel Martins Bandeira, Paula Cristina Silva Matos Neves e Ana Paula Rodrigues Gonçalves. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.-----

-----O senhor Presidente declarou aberta a reunião, pelas dez horas, informando que, antes do início dos trabalhos, convidou a senhora Eng.^a Elisabete Pinheiro, Técnica da APIN, para apresentar o trabalho que a Empresa Intermunicipal do Ambiente do Pinhal Interior tem vindo a desenvolver no âmbito da delegação da gestão e operação dos serviços de água, saneamento e resíduos urbanos nos dez municípios abrangidos. Referiu ser de extrema importância que os consumidores tenham conhecimento da evolução e do trabalho que a empresa tem vindo a desenvolver, com vista à otimização dos serviços e à melhoria da sua prestação, nomeadamente no que respeita à gestão de resíduos. Apresentou, como exemplo, o volume de lixo produzido no concelho durante a época estival, decorrente do aumento da população, o que implica alterações nas rotinas praticadas nos restantes meses do ano e, naturalmente, um reajustamento dos serviços, de forma a garantir uma melhor resposta a esta realidade, bem como às situações verificadas noutros municípios.-----

-----A senhora Eng.^a Elisabete Pinheiro deu conhecimento do processo relativo aos resíduos urbanos, desde a instalação dos contentores e deposição dos resíduos até à atuação no terreno, explicando ainda a forma como são recolhidos e apurados os dados, com vista a tornar o território mais inteligente e sustentável.-----

-----O senhor Presidente agradeceu a exposição realizada, felicitando pelo excelente trabalho que se encontra a ser desenvolvido, sendo perceptível a existência de áreas em que se revela necessário otimizar algumas situações. Referiu, contudo, que, apesar dos constrangimentos

existentes, faz todo o sentido que o Executivo tenha conhecimento da realidade da APIN, bem como do desenvolvimento e do trabalho que diariamente é efetuado numa área complexa e exigente, que representa custos cada vez mais elevados na faturação. Por isso, salientou a importância de sensibilizar todos os cidadãos para a adoção de boas práticas na separação dos resíduos.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente deu início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1. – FALTAS -----

1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO -----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS/VOTO DE LAMENTO PELA DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE PASSAGENS DO RALLY DE PORTUGAL NA ESPECIAL DE GÓIS-----

3.3 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS/MOÇÃO PELA URGENTE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL 342 NA LIGAÇÃO GÓIS-ARGANIL-----

3.4 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MEALHADA/MOÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO CONCELHO DE MEALHADA E MORTÁGUA NO COMANDO SUB-REGIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DE COIMBRA-----

3.5 – ERSUC/ DECISÃO SOBRE A RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA-----

3.6 – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL/DANOS PROVOCADOS PELAS INTEMPÉRIES - CORTE DA EN342 - LIGAÇÃO ENTRE GÓIS E ARGANIL-----

3.7 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA COMPLEMENTO À DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 31 DE OUTUBRO DE 2025/PROPOSTA----

3.8 – SPIRAL4SUMMER, SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO, LDA./FAZENDA DA AVÓ THOMAZIA-----

3.9 – STORYBUGGIES - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA/ RAIDTT_LOUSÃ - GÓIS, AS ALDEIAS DE XISTO E OS PENEDOS DO MACIÇO IBÉRICO-----

3.10 – REGULAMENTO DE GESTÃO DO ARVOREDO EM MEIO URBANO DO MUNICÍPIO DE GÓIS – CONSULTA PÚBLICA-----

3.11 – DELIBERAÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA (CIM RC) – UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO RELATIVO À REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS ENTRE 01 DE JUNHO E 30 DE SETEMBRO 2026-----

3.12 – PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA DE ALIENAÇÃO DE UM LOTE DE MATERIAL LENHOSO AFETADO PELA TEMPESTADE KRISTIN SITO NA MATA DA OITAVA-----

3.13 – ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO-----

3.14 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL -----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA -----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS – Não houve.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE – O senhor Presidente iniciou a sua intervenção fazendo alusão à situação existente na EN342, no troço Góis-Arganil, tendo sido solicitada a deslocação ao local de um representante da I.P. de Coimbra, com vista à avaliação da possibilidade de o Município de Góis prestar apoio na resolução da situação, ainda que a título provisório, de forma a permitir a circulação naquela via. Referiu ainda que foi transmitido ao Município que a situação apenas deverá ficar definitivamente resolvida no final do corrente ano. Efetivamente, o senhor Eng.º Nuno Gama deslocou-se a Góis, onde pôde constatar algumas intervenções que têm vindo a ser realizadas pelos serviços municipais, numa ótica de avaliação da capacidade do Município de Góis para executar o serviço. Sublinhou ainda a existência de uma situação semelhante na ligação Piães-São Martinho, a qual já se encontra reposta, permitindo a circulação de viaturas, faltando apenas a colocação do betuminoso. Seguidamente, foi efetuada uma visita ao troço da EN342 que necessita de intervenção, tendo sido realizada a devida análise da situação, da qual se concluiu que o Município dispõe de capacidade para executar os trabalhos necessários. Todavia, salientou que o território onde é necessário intervir não pertence ao concelho de Góis, mas sim ao concelho de Arganil e, nesse sentido, procedeu previamente a contacto com o senhor Presidente do Município de Arganil, de forma a acautelar devidamente esta situação. Pelo que, caso venha a ser decidido que seja o Município de Góis a realizar a intervenção, ficarão todas as partes devidamente salvaguardadas, de forma a que, no futuro, essa decisão não venha a trazer quaisquer problemas para o Município de Góis. Acresce que,



presentemente, ainda não foi recebida uma resposta oficial, tendo sido apenas comunicada qual a solução que irá ser adotada, a qual será transmitida oportunamente quando a mesma for formalizada.-----

-----Prosseguiu informando da participação do Município de Góis no 3.º Encontro Intermunicipal Sénior da Região Metropolitana de Coimbra (RMC), iniciativa realizada em Oliveira do Hospital, que reuniu mais de mil participantes dos 19 municípios da Região de Coimbra. Referiu ainda que o Município de Góis foi escolhido para acolher a 4.ª edição, em 2027, como reconhecimento do trabalho desenvolvido no concelho na promoção do envelhecimento ativo, da participação comunitária e da valorização da população sénior, sublinhando o trabalho realizado ao nível da proximidade. Neste sentido, deu conhecimento de que foi previamente realizada uma reunião com as Técnicas do Serviço de Ação Social, de forma a avaliar a possibilidade de acolhimento desta iniciativa, sendo desde logo reconhecido que o Parque do Cerejal reúne condições para a realização da mesma.-----

-----Mais informou que o Município de Góis reforçou os meios tecnológicos de apoio à emergência e proteção civil da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis com a atribuição de dois sistemas de comunicações por satélite. A aquisição dos equipamentos integra o ITI da CIMRC no âmbito da Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos, tendo sido financiado com fundos comunitários do PT2030. A implementação destes meios foi acompanhada por ações de formação e exercícios simulacro de comunicações envolvendo os serviços municipais de Proteção Civil e os Corpos de Bombeiros dos 19 municípios da Região de Coimbra. Por outro lado, o Serviço Municipal de Proteção civil passou a dispor de um sistema de comunicações por satélite, que funcionará de forma articulada com os equipamentos atribuídos ao Corpo de Bombeiros. É do conhecimento de todos as ocorrências registadas nomeadamente no período de maior risco no passado ano, em agosto, e, presentemente, devido às intempéries, verificando-se dificuldades em algumas operações entre quem está no terreno em operação e de quem tem que tomar a decisão, resultando, muitas vezes, essas dificuldades pelo facto de os sistemas não funcionarem a 100%. Nesse sentido, informou que a CIMRC apresentou a referida candidatura que culminou na aquisição e entrega dos referidos equipamentos com maior qualidade ficando a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis bem mais

apetrechada e equipada e, naturalmente, com uma capacidade diferente para poder dar uma resposta no terreno mais eficaz e atuando de forma diferente.-----

-----Informou ainda sobre a reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, realizada em 30.04.2026, na qual foram analisados os impactos da tempestade Kristin. Nessa reunião, foi também apresentado o planeamento para o ano de 2026, bem como aprovado o Plano Operacional Municipal para 2026. Foi também apresentada a Recomendação sobre queimas e queimadas, a qual foi deliberada em sede do CI sendo uma prática recorrente e utilizada pela CIMRC, nos últimos anos, com o sentido de homogeneizar os procedimentos dos 19 municípios por forma a assegurar a uniformidade no tratamento deste tipo de atividade e nas precauções que lhe são inerentes. Foram também divulgados os dados relativos à AIGP 2.0 e aos povoamentos florestais afetados, nos quais será necessário intervir, não apenas nos que são da responsabilidade do Município, mas também nos pertencentes a particulares, reforçando-se que a responsabilidade primária e prioritária recai sobre estes últimos. -----

-----Mais informou que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) aprovou a lista oficial de águas balneares para a época balnear 2026, através da Portaria n.º 204-A/2026, de 30 de abril, estando referenciadas sete zonas no nosso concelho. Estas estão distribuídas por duas regiões hidrográficas: Região Centro: integram a lista Cabreira, Canaveias, Cerejal, Colmeal, Peneda/Pêgo Escuro e Ponte do Sótão; e Região do Tejo: zona balnear de Alvares. No que concerne a Praias de Banhos foram sinalizadas as zonas de Alvares, Canaveias e Peneda/Pêgo Escuro. Em relação à Bandeira Azul informou que a distinção recaiu novamente na Praia Fluvial da Peneda, alcançando o 13º ano consecutivo com este galardão, aguardando-se ainda o reconhecimento do galardão Praia Acessível-Praia para Todos. Sublinhou o facto de a água em todas as zonas balneares ser boa, sendo apenas de excelência a da Praia Fluvial da Peneda/Pêgo Escuro. Em relação à da Praia Fluvial de Alvares não ser de excelência incide sobre a recolha de uma amostra que não reunia condições para esse mesmo efeito, podendo presentemente reunir condições de excelência, tendo para o efeito procedido aos devidos esclarecimentos. Naturalmente todos desejamos que todas as Praias Fluviais tivessem sido galardoadas com a Bandeira Azul porquanto é feito trabalho nesse sentido pelo que aguarda que no futuro as restantes Praias Fluviais possam vir a ser galardoadas com esta distinção. No entanto, reforçou que a água em todas as zonas balneares é

boa para banhos e todas as zonas balneares estarão nas devidas condições no início da época balnear, lembrando que em algumas destas zonas houve impactos significativos estando a ser efetuadas as devidas intervenções para que todas estas zonas de lazer possam estar em segurança. Referiu ainda que, apesar da sinalização que tem sido colocada pelo Município, junto dessas zonas balneares, a mesma não é respeitada, alertando que se os locais se encontram sinalizados deve essa mesma sinalização ser respeitada.-----

----Concluiu, dando conhecimento de que o Município de Góis acolheu, no dia de ontem, a Assembleia Geral dos Municípios da Rota da EN2, ocasião em que esta emblemática via assinalou 81 anos de existência. Ao longo de todo o dia esteve presente uma equipa do Programa “Conta Lá”, tendo sido apresentados testemunhos de associações que desenvolvem e promovem a sua atividade no concelho, bem como intervenções de técnicos do Município, que evidenciaram as potencialidades do território. Ainda sobre a aludida reunião, referiu terem estado representados mais de vinte municípios, do norte ao sul do país, tendo os participantes manifestado particular agrado pela receção e acolhimento proporcionados pelo Município de Góis. Referiu tratar-se de um momento importante para agilizar questões relacionadas com a EN2, nomeadamente junto do Governo, no sentido de sensibilizar para a necessidade de intervenção em vários pontos desta via. Indicou existir uma ou outra situação em que a estrada se encontra intransitável, devido a cortes provocados por derrocadas recentemente ocorridas, pelo que irão ser promovidas reuniões com vista a transmitir ao Governo a necessidade imperiosa de intervenção e resolução destas situações, atendendo a que esta via constitui um importante produto turístico de norte a sul do país, sendo uma referência nacional e também além-fronteiras.-----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – A senhora Vereadora Ana Paula Rodrigues Gonçalves iniciou a sua intervenção referindo que irá apresentar uma questão que, embora possa parecer menor face a outros assuntos, tem um impacto muito concreto na vida quotidiana da população: o estado de funcionamento dos mupis/ecrãs digitais de informação cultural existentes no concelho. Referiu que temos vindo a verificar que os dois equipamentos se encontram avariados, desligados ou sem atualização de conteúdos durante longos períodos. Ora, estes meios não são meros elementos decorativos urbanos, até porque foram projetos

vencedores do Orçamento Participativo. São instrumentos de comunicação pública essenciais, particularmente num território como o nosso, marcado pelo envelhecimento populacional, pela dispersão geográfica e pelas limitações no acesso às plataformas digitais. Importa recordar que nem todos os cidadãos utilizam redes sociais, aplicações móveis ou consultam regularmente páginas de internet institucionais. Para muitas pessoas, sobretudo população sénior, mas também visitantes ocasionais, estes painéis são, muitas vezes, a principal fonte de informação sobre atividades culturais, eventos, serviços, avisos e iniciativas da comunidade. Quando estes equipamentos deixam de funcionar, cria-se um vazio comunicacional que contribui para o afastamento das pessoas da vida cultural e comunitária do concelho. E isso é particularmente preocupante num território onde tantas vezes se fala da necessidade de combater o isolamento e promover a participação cívica e social. Além disso, estamos perante investimento público que deve ser valorizado, mantido e colocado ao serviço da população. Equipamentos degradados ou permanentemente inoperacionais transmitem também uma imagem de desleixo e falta de cuidado com o espaço público e com a comunicação institucional. Nesse sentido, questionou o executivo se existe plano de manutenção regular e qual o prazo previsto para a reposição do seu normal funcionamento. Mais do que uma questão tecnológica, trata-se de garantir igualdade no acesso à informação e de assegurar que ninguém fica excluído da vida do concelho por não estar presente nas redes sociais.-----

-----Prosseguiu, apresentando uma saudação pela realização, em Góis, do Encontro Intermunicipal Sénior da Região de Coimbra em 2027. Trata-se de uma iniciativa relevante, que reconhece a capacidade do nosso concelho para acolher eventos de dimensão regional e que valoriza uma população que merece toda a nossa atenção e respeito, considerado o Capital sénior. Num território como o nosso, marcado pelo envelhecimento demográfico, estas iniciativas têm um significado especial. Não devem ser vistas apenas como momentos recreativos ou protocolares, mas como oportunidades de promoção do envelhecimento ativo, do convívio, da participação social e do combate ao isolamento. É também importante que este encontro possa funcionar como montra positiva do concelho, mostrando o que de melhor Góis tem ao nível da hospitalidade, património natural, cultura, associativismo e capacidade organizativa. Receber centenas de seniores da Região de Coimbra representa igualmente uma oportunidade



de dinamização económica local, envolvendo comércio, restauração, instituições e comunidade. No entanto, importa também que este anúncio não se esgote na dimensão simbólica ou no impacto mediático do evento. A valorização da população sénior deve acontecer todos os dias e traduzir-se em políticas concretas e continuadas, ou seja, refere-se ao reforço de respostas de proximidade; combater a solidão e o isolamento nas aldeias; melhorar acessibilidades e mobilidade; apoiar cuidadores informais; promover atividades regulares de envelhecimento ativo ao longo de todo o ano; e garantir que os nossos idosos têm acesso digno a serviços de saúde, apoio social e participação comunitária. Góis deve orgulhar-se de acolher este encontro, mas deve também assumir este momento como um compromisso renovado com políticas públicas verdadeiramente amigas da população sénior.-----

-----A senhora Vereadora assinalou de forma positiva a passagem pelo concelho de Góis da equipa do Canal Conta Lá, integrada neste programa dedicado à Estrada Nacional 2, uma das mais emblemáticas rotas do país e, cada vez mais, um verdadeiro eixo de promoção turística dos territórios do interior. A presença deste projeto em Góis representa uma oportunidade importante para mostrar aquilo que nos distingue: a autenticidade das nossas paisagens, a riqueza cultural, a identidade serrana, as tradições, a gastronomia, o património natural e humano que fazem do nosso concelho um território único. Mas importa também reconhecer que esta promoção não acontece apenas por iniciativa institucional. Ela é construída diariamente, muitas vezes de forma silenciosa e persistente, pelos operadores turísticos, empresários locais, associações e agentes culturais que acreditam em Góis e investem no território. É justo, por isso, enaltecer o trabalho desenvolvido pelos operadores turísticos do concelho, que têm sabido criar experiências diferenciadoras ligadas à natureza, à aldeia, aos rios, aos percursos, à gastronomia e à autenticidade da nossa identidade local. São eles que recebem quem nos visita, que divulgam o território e que ajudam a criar uma imagem positiva e acolhedora de Góis. Destacou, também, o papel da Lousitânea, enquanto estrutura que ao longo dos anos tem contribuído para a valorização ambiental, cultural e dos nossos recursos endógenos, promovendo uma visão sustentável e integrada do desenvolvimento do território. Fez também referência ao jornal Varzeense, que tem desempenhado um papel relevante na preservação da memória local, na divulgação das iniciativas do concelho e na valorização das nossas gentes e tradições. Num tempo



em que os meios de comunicação locais enfrentam enormes dificuldades, importa reconhecer quem continua a fazer este trabalho de proximidade e identidade comunitária. A EN2 é hoje muito mais do que uma estrada. É uma marca territorial, uma narrativa de interioridade, descoberta e autenticidade. E Góis deve saber posicionar-se nesse percurso com ambição, estratégia e continuidade, aproveitando estas oportunidades de visibilidade para reforçar a sua atratividade turística, cultural e económica. Concluiu, referindo esperar, por isso, que esta passagem do Canal Conta Lá possa traduzir-se numa promoção efetiva e duradoura do concelho, envolvendo todos aqueles que diariamente contribuem para manter Góis vivo, atrativo e com identidade própria.-----

-----De seguida, referiu assinalar e felicitar a realização de mais uma edição do Góis Trail, organizado pela AERGóis Trail Running, evento que volta a afirmar o concelho como destino de excelência para a prática desportiva em contacto com a natureza. Mais do que uma competição, o Góis Trail é também uma forma de dar a conhecer os nossos percursos incríveis, as paisagens únicas da serra, as aldeias, os trilhos e a beleza natural que distinguem o território. Quem participa leva consigo não apenas a experiência desportiva, mas também a imagem de um concelho autêntico, acolhedor e com enorme potencial turístico. Importa reconhecer o empenho da organização, dos voluntários, das associações e de todos os que tornam possível um evento desta dimensão, muitas vezes através de grande dedicação pessoal e espírito comunitário. Estas iniciativas têm igualmente impacto na economia local, dinamizando alojamento, restauração e comércio, ao mesmo tempo que promovem hábitos de vida saudáveis e valorizam os recursos naturais do concelho. Fica, por isso, uma palavra de apreço à AERGóis Trail Running pelo trabalho consistente que tem vindo a desenvolver na promoção de Góis através do desporto e da natureza.-----

-----Relativamente à EN2 referiu que é, justamente, uma das estradas mais emblemáticas de Portugal e a realização da Assembleia Geral da Associação Municípios da Rota da EN2 em Góis deve ser reconhecida como um momento importante de valorização do nosso território. Referiu que em Góis, a EN2 não é apenas uma rota turística. É também memória, identidade, paisagem, ligação ao vale do Ceira, às serras da Lousã e do Açor, às tradições locais e à autenticidade das nossas aldeias. Mas importa ir mais longe. O potencial turístico da EN2 no concelho deve ser

melhorado de forma estruturada, com melhor sinalética, pontos de paragem qualificados, informação turística acessível, ligação aos produtos locais, às praias fluviais, aos percursos pedestres, à gastronomia e ao património natural e cultural. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que, para Góis, a EN2 continua a ser muito mais do que uma estrada turística: é a principal via de acesso ao exterior e o elo fundamental de ligação entre o norte e o sul do concelho. Valorizar a EN2 é, por isso, valorizar o turismo, mas também reforçar a coesão territorial, a mobilidade das populações e a capacidade de desenvolvimento de Góis.-----

-----Terminou, fazendo menção a uma notícia recentemente divulgada pelo Município merece, naturalmente, uma nota de valorização pelo reconhecimento de sete zonas balneares no concelho de Góis para a época balnear de 2026. Trata-se de um ativo importante para o território, quer do ponto de vista ambiental, quer turístico. No entanto, referiu existir um ponto que não pode ser ignorado e que, aliás, não é referido na comunicação oficial. Em 2026, o concelho de Góis perdeu distinções relevantes: a Bandeira Azul na Praia de Alvares; a Bandeira Ouro da Quercus na Praia da Peneda/Pêgo Escuro. Estas perdas representam um sinal de alerta sério relativamente à qualidade ambiental, à gestão das zonas balneares e à consistência das políticas públicas nesta área. Num concelho que se afirma, e bem, como destino de natureza, estas distinções não são meros símbolos: são indicadores objetivos de qualidade da água, de gestão ambiental e de confiança para quem nos visita. Neste sentido, questionou o senhor Presidente sobre quais as razões concretas que levaram à perda destes galardões em 2026, bem como que medidas estão a ser tomadas para recuperar estas distinções já na próxima época balnear, qual o plano para a recuperação da Bandeira Azul na Praia das Canaveias e, também que garantias existem de que situações semelhantes não se irão repetir. Concluiu, referindo que tão importante como celebrar conquistas é ter a transparência e a responsabilidade de explicar retrocessos, sobretudo quando estão em causa ativos estratégicos para o desenvolvimento do concelho.-----

-----O senhor Presidente relativamente ao funcionamento dos mupis, informou que o assunto se encontra ainda por resolver, uma vez que a empresa responsável apresentou um orçamento ao qual veio posteriormente acrescer os custos de montagem e deslocação, situação que originou um conflito entre as partes, atualmente em tratamento jurídico. Lamentou o facto de o



equipamento não se encontrar em funcionamento, sublinhando, contudo, a importância de resolver a situação. Relativamente ao que foi mencionado sobre as atividades levadas a efeito, referiu que todas contaram com um apoio significativo por parte do Município, salientando que as iniciativas propostas para realização no nosso território apenas se concretizam porque o Município aceita ser parceiro dessas iniciativas e, igualmente, pelo reconhecimento, por parte dos promotores, das condições existentes para a sua realização no concelho. Apresentou como exemplo a 4ª edição do Encontro Intermunicipal Sénior da Região Metropolitana de Coimbra no ano de 2027 e a recente Assembleia-Geral dos Municípios da Rota da EN2. Em relação às zonas balneares, referiu que a questão se prende com as análises efetuadas, as quais são realizadas em períodos de grande utilização, o que por vezes tem impacto no controlo regular da qualidade da água, previamente a essa utilização. No caso concreto da Praia da Canaveias referiu que a qualidade da água incide na situação do Caracol, que se encontra por resolver, e, também, com a intervenção realizada na zona dos Carvalhais, a qual já se encontra ultrapassada, pelo que esperamos que num futuro possamos recuperar os galardões por serem sempre uma referência para quem nos visita.-----

-----A senhora Vereadora Paula Cristina Silva Matos Neves apresentou felicitações ao Agrupamento de Escolas de Arganil por ter realizado no nosso concelho o Supernature – Bootcamp de Turismo, uma iniciativa promovida pelos alunos do curso de Turismo, salientando que, de acordo com a informação prestada pela Senhora Diretora do Agrupamento, os alunos residentes em Góis evidenciam um vasto conhecimento e orgulho no território, o que, ao longo do curso, se reflete na apresentação de trabalhos relevantes sobre a nossa área geográfica, bem como na elaboração da Prova de Aptidão Profissional (PAP), projeto final obrigatório dos cursos. Num desses projetos referiu ter sido apresentado, por uma aluna goiense, residente em Ponte do Sótão, uma página em que promove Góis, sendo os vídeos realizados atingiram as 21.000 visualizações, felicitando o empenho e o amor que os nossos levam da nossa terra no seu percurso académico. Ainda na área da educação felicitou os alunos do Agrupamento de Escolas de Góis, a Margarida Henriques - 1º ciclo, a Flor Alvarinhas - 2º ciclo e a Bianca Martins - 3º ciclo, pela participação na 2ª edição do Concurso Intermunicipal de Leitura, iniciativa promovida pela Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Região de Coimbra, realizada no passado dia 09.05.26, em



Coimbra, referindo que mais dois jovens goienses, alunos do Agrupamento de Escolas de Arganil e da Lousã também participaram, tendo a Filipa Pinto alcançado o 1º lugar (3º ciclo) e o Lowarn Joshua Stonchill 2º lugar (3º ciclo), apresentando a todos felicitações. Ainda na área da educação referiu ter estado presente num encontro reflexivo dedicado à temática da transferência de competências na área da educação. Estiverem presentes representantes municipais, técnicos e especialistas para debater os principais desafios e oportunidades da descentralização educativa na região. A iniciativa foi promovida pela Região Metropolitana de Coimbra, em colaboração com o Município de Soure, cujo objetivo foi refletir sobre o que deve ser alterado e que soluções podem ser implementadas para responder aos atuais desafios da educação. Nessa ótica, referiu ter sido abordada por todos a questão dos valores transferidos pela Administração Central, os quais não se revelam suficientes face às despesas que os Municípios suportam na área da educação. Acrescentou que, no caso do nosso Município, tais valores não são muito significativos, embora existam Municípios em que os montantes transferidos não correspondem às despesas efetivamente realizadas. No Município de Góis deparamo-nos apenas com o constrangimento relativo ao custo dos Assistentes Operacionais e Técnicos que são suportados pela Câmara Municipal em virtude de nos ser somente transferido o valor relativo ao rácio, e para que o Agrupamento de Escolas tenha um funcionamento pleno e seguro necessitamos de mais trabalhadores do que o número existente no rácio. Ainda sobre a transferência de competências na área da educação, referiu que no nosso território a mesma foi bem acolhida, tendo o Município de Góis sido município piloto nesta matéria, processo esse que teve início em 2010, ao contrário dos restantes municípios, nos quais a referida transferência apenas foi concretizada mais recentemente. Acrescentou que, no caso de Góis, o processo se encontra a ser bem conduzido.-----

-----Relativamente à Feira do Livro de Góis, agradeceu a todos os intervenientes, trabalhadores, convidados, visitantes, alunos, professores e demais colaboradores que contribuíram para o êxito do certame, o qual culminou com o concerto dos três coros concelhios. Agradeceu ainda a participação na programação, salientando tratar-se de um momento único de convívio e união, que encheu a alma de todos os presentes.-----

-----Referiu ter sido convidada pela senhora Dr.ª Alexandra Lopes, responsável pelo Projeto Let's

Care, da Universidade do Porto, para ser oradora numa webinar, levada a efeito no p.p. dia 07.05.26, subordinada à temática “Cuidar à distância, apoiar de Perto: Oportunidades e Desafios das Teleassistência em Portugal. Referiu que o Projeto Let's Care é um processo que reúne um consorcio alargado que debruça sobre a temática geral das políticas e das práticas em matéria de cuidados continuados para pessoas com dependência. O Projeto Let's Care pretende trazer um contributo de fundo para o avanço do conhecimento ao serviço da concretização da Estratégia europeia para o Setor dos Cuidados. Na referida webinar participaram vários oradores, um dirigente Município de Porto, um Psicólogo da Santa Casa da Misericórdia do Porto e uma Enfermeira, responsável pelo projeto “Alice 4u”, que é uma plataforma de monitorização remota de pessoas idosas, em situação de dependência ou isolamento. Concluiu referindo que esta webinar constituiu uma reflexão que permitiu concluir que, apesar da dimensão reduzida do território de Portugal, persistem divergências entre o litoral e o interior, bem como entre o norte e o sul. Acrescentou que devem ser definidas estratégias de apoio à população sénior, nomeadamente no contexto habitacional, de forma a assegurar a sua qualidade de vida, sendo, para o efeito, importante recorrer às novas tecnologias como meio de promoção desse bem-estar. Neste sentido, referiu sentir-se lisonjeada por ter participado nesta webinar, pelo facto de o Município de Góis ter sido selecionado de entre vários municípios com características semelhantes para integrar a iniciativa.-----

-----A senhora Vereadora deu conhecimento da sua presença numa reunião na CIM RC, a qual contou com a presença do senhor Presidente do IHRU, tendo esta como objetivo clarificar o desenvolvimento dos processos em curso no âmbito do 1.º Direito, da BNAUT — Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário e do Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis. Neste sentido, foram debatidas questões relacionadas com a execução das obras, os prazos do PRR, a continuidade dos processos em desenvolvimento, o financiamento dos trabalhos complementares e também a revisão de preços, estando a ser estudadas soluções nesse sentido. Estão previstas novas linhas de financiamento, bem como estão a ser analisadas soluções para os projetos cuja conclusão não se prevê dentro do prazo estabelecido. Existe um conjunto significativo de projetos cujo financiamento no âmbito do PRR corre sérios riscos, pelo que estão a ser estudadas possíveis soluções através de outros mecanismos de financiamento,

nomeadamente junto do BEI. Pelo que esperamos que as candidaturas apresentadas anteriormente pela Câmara Municipal possam vir a ser objeto de financiamento numa próxima linha para esse mesmo efeito.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que, após a realização do Rally de Portugal 2026, importava proceder a uma avaliação séria do que ocorreu na região, considerando que, no seu entender, o evento não decorreu de forma positiva. Mencionou a ocorrência de um incidente grave em Arganil e salientou que, no caso de Góis, se registou apenas uma passagem pelo troço local, com o conseqüente impacto reduzido já anteriormente referido em sede de reunião. Acrescentou que se verificaram ainda várias situações que considerou merecer registo, designadamente um alegado excesso de zelo das autoridades na circulação no centro da vila de Góis, com impactos na mobilidade de residentes e trabalhadores e eventual afastamento de visitantes; e falhas nos acessos e nos transportes para a zona da Candosa, cuja organização referiu estar atribuída ao Município da Lousã; e a criação de uma zona VIP na Candosa, no âmbito de uma iniciativa conjunta dos Municípios da Lousã e de Góis, que, na sua perspetiva, contribuiu para concentrar atenções nesse local, retirando visibilidade ao troço de Góis. Referiu, contudo, que existia uma questão que ultrapassava a dimensão organizativa, entrando no plano político e institucional, reportando-se às declarações do senhor Presidente da Câmara Municipal da Lousã, que, segundo afirmou, sugeriu que as populações de Vila Nova do Ceira e de Góis pretenderiam a anexação ao território daquele concelho. Considerou tais declarações como inadequadas, sublinhando que está em causa um território em situação de conflito administrativo, que exige responsabilidade, respeito institucional e sentido de Estado, entendendo que este tipo de afirmações não contribui para a cooperação entre municípios, podendo antes gerar tensões e desconsideração pelas populações de Góis. Perante esta situação, colocou as seguintes questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Góis: qual a sua posição relativamente às referidas declarações; se considera aceitável que um autarca de um concelho vizinho produza este tipo de afirmações sobre o território de Góis, acrescendo o facto de as ter proferido no próprio concelho; e se o Município de Góis tenciona exigir um esclarecimento público por parte do Presidente da Câmara Municipal da Lousã. Concluiu referindo que, na sua perspetiva, existem momentos em que importa não apenas registar situações, mas também afirmar e defender o território,

sublinhando que o que está em causa não se limita ao Rally de Portugal, mas também ao respeito por Góis, pelas suas populações e pela integridade do seu território.-----

-----Seguidamente referiu que, passados seis meses sobre o início de um novo mandato autárquico liderado pelo PSD na Câmara Municipal de Góis num contexto de continuidade governativa desde 2021, correspondente a cerca de quatro anos e meio se impunha a realização de um balanço sério, equilibrado e responsável. Começou por reconhecer o trabalho, a disponibilidade e o empenho do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores, salientando que a exigência do dia-a-dia autárquico é elevada, marcada por múltiplas solicitações, proximidade às populações e presença constante no terreno, considerando que esse esforço deve ser devidamente valorizado. Referiu, contudo, que governar não se limita à resposta ao imediato, implicando, sobretudo, a definição de prioridades, a liderança estratégica e a concretização de resultados estruturais, entendendo ser neste plano que o debate deve ser centrado. Sublinhou que o Município apresenta estabilidade financeira, evidenciada por um saldo de gerência positivo, uma tesouraria equilibrada, baixo nível de endividamento e boa execução da receita. Ainda assim, considerou que essa estabilidade não se tem traduzido em investimento efetivo no território. Indicou que os dados disponíveis revelam uma execução da despesa de capital inferior a 40% e uma execução das Grandes Opções do Plano na ordem dos 42%, o que, no seu entendimento, evidencia uma dificuldade persistente na concretização dos investimentos previstos. Neste contexto, introduziu o conceito de custo de oportunidade, referindo que, num concelho como Góis, cada atraso tem consequências concretas, na medida em que cada projeto que não avança representa uma oportunidade perdida ao nível da fixação de população, da captação de investimento e da dinamização da economia local, tratando-se de um custo real, acumulado e suportado pelo território. Prosseguiu, referindo que, para melhor compreender essa realidade, importa olhar para um conjunto de medidas e projetos anteriormente anunciados e que continuam por concretizar, colocando, nesse âmbito, diversas questões, designadamente quanto à inexistência de resultados visíveis nas políticas de habitação a custos controlados, ao ponto de situação dos lotes habitacionais da Quinta do Baião destinados a jovens, à ausência de concretização da incubadora de empresas e da nova área de acolhimento empresarial, bem como à falta de avanço na ampliação da zona industrial das Cortes e na melhoria dos acessos à zona

industrial da Alagoa. Questionou igualmente a inexistência de um gabinete de apoio ao investidor, a ausência de medidas concretas de revitalização do centro histórico de Góis, a não concretização do projeto da Casa-Museu Alice Sande e a falta de evolução na simplificação dos procedimentos de licenciamento urbanístico. No que respeita à valorização dos ativos do concelho, referiu a ausência de intervenções de reabilitação no Parque do Cerejal e na Casa da Natureza, bem como a inexistência de uma estratégia clara para a melhoria das condições da Praia Fluvial da Peneda, da Praia de Álvares e para o alargamento e requalificação da Praia das Canaveias. Considerou que cada um destes aspetos representa não apenas uma promessa por cumprir, mas uma oportunidade perdida para o concelho, colocando, assim, a questão de saber se o foco da ação municipal está efetivamente centrado nas prioridades estruturais. -----

-----Referiu ainda a existência de sinais de dispersão e de uma gestão excessivamente centrada no imediato e no detalhe, em detrimento da concretização das grandes prioridades, tendo, a este propósito, citado uma reflexão do maestro Martim Sousa Tavares, segundo a qual *“um líder que se perde na microgestão é uma pessoa que não sabe como o mundo funciona, que não tem uma capacidade de liderança verdadeira”*. Esclareceu, no entanto, que não estava em causa a desvalorização do acompanhamento próximo e da presença no terreno, mas sim a necessidade de reforçar uma liderança assente na definição de prioridades, na capacidade de delegação e na garantia de concretização dos objetivos essenciais. Acrescentou que o risco de uma gestão centrada na microgestão se traduz em elevado esforço e presença, mas com reduzidos resultados estruturais. Referiu, como exemplo da necessidade de reforço da dimensão política da ação, a situação da EN 342, considerando que, perante um problema crítico, a resposta não pode limitar-se a contactos formais, exigindo antes presença política, pressão institucional e mobilização junto dos decisores. -----

-----Por fim, destacou o papel da oposição, referindo que, nos primeiros seis meses do mandato, o Partido Socialista tem assumido uma postura responsável, construtiva e exigente, evidenciada pelo facto de ter existido apenas um voto contra, o que, no seu entendimento, demonstra sentido de responsabilidade sem abdicar da necessária exigência política. Concluiu afirmando que, apesar da estabilidade financeira do Município, subsistem atrasos significativos no desenvolvimento do concelho, os quais configuram um custo de oportunidade relevante,

resultante não da falta de esforço, mas da insuficiente focalização, capacidade de execução e definição de prioridades nas políticas estruturais, considerando, por fim, que reconhecer o trabalho realizado é justo, mas exigir mais resultados é indispensável.-----

-----O senhor Presidente referiu que a intervenção do senhor Vereador vai ao encontro das expectativas anteriormente formuladas, tendo em conta os assuntos abordados e as intervenções realizadas sobre essas matérias. Relativamente à passagem do Rally de Portugal, e à afirmação de que terá havido excesso de zelo por parte da GNR, referiu que, tal como é do conhecimento do senhor Vereador, esta é a autoridade policial competente para a regulação do trânsito e para a atuação nessa matéria. O Município limitou-se a sinalizar as interdições existentes nos locais previamente definidos por esta força de segurança, não sendo o Município de Góis a entidade competente para impor a forma como deve ser regulado o trânsito, nem para interferir nas decisões que nessa matéria são tomadas. Em relação às declarações do senhor Presidente do Município da Lousã referiu que foram única e exclusivamente da responsabilidade de quem as proferiu, não tendo tido conhecimento direto das mesmas. No entanto, referiu que pelo que tem conhecimento do saber estar do senhor Presidente do Município da Lousã as palavras que proferiu trataram-se de um deslize da sua parte, porquanto as conversas que tem mantido sobre o assunto não indiciam o teor do que foi dito, pelo que tendo um feitio extrovertido, terá inadvertidamente dito algo de que, possivelmente, já se terá arrependido e com o qual, certamente, não se revê. Neste sentido, referiu que ao querer-se criar cenários só para fomentar algum tipo de confusão é sua posição não dar aso a esse tipo de situações.-----

-----Relativamente às questões apresentadas sobre o mandato autárquico, referiu que o Senhor Vereador, ao terminar a sua intervenção, deixou transparecer uma imagem de pouca liderança por parte do Presidente da Câmara Municipal de Góis. Ainda sobre a sua liderança, referiu que, hoje, felizmente, anda de cara levantada, sendo reconhecido em todos os locais onde trabalhou, quer pelas pessoas, quer pelo trabalho que desenvolveu. Acrescentou que não será o senhor Vereador quem lhe dará lições de liderança sobre qualquer matéria. Todavia, em relação a alguns dos projetos que enumerou e questionou, referiu que, naturalmente, o Senhor Vereador tem o direito de os questionar. Acrescentou que a realidade da gestão financeira do Município tem permitido a capacidade de execução de um conjunto de intervenções que, infelizmente, nem

sempre avançam com a celeridade desejada, não por falta de medidas ou de reforço diário da necessidade do seu desenvolvimento, mas por constrangimentos diversos inerentes aos próprios processos. Sublinhou que o senhor Vereador não tem plena noção das dinâmicas que se processam no interior dos serviços, salientando que, como é do seu conhecimento, existe um número limitado de trabalhadores. Referiu que o Município tem vindo a reforçar o Mapa de Pessoal, recentemente foi reforçado o número de técnicos na área da arquitetura, encontrando-se ainda em curso um procedimento para recrutamento de trabalhadores nas áreas da engenharia, com vista a assegurar uma maior capacidade de resposta e uma resolução mais eficaz dos processos. Acresce que a orgânica do município desde que se alterou a Lei nº 75/2013, 12 de setembro e a Lei nº 50/2018, 16 de agosto, nunca foi ao encontro das necessidades de gestão para repartir as responsabilidades e para que os procedimentos possam vir a ser mais ágeis. Em relação à questão da habitação referiu que foram sinalizadas um conjunto de habitações porquanto o Município não tinha capacidade, nem financiamento para efetuar construção, salientando que poucos os municípios o fizeram, a não ser os que têm mais capacidade financeira. Referiu que o PRR financiou 26.000 habitações, verificando-se que municípios com maior dimensão que o nosso também não foram contemplados. Havendo alguns projetos que poderiam ter sido contemplados, em função das características dos avisos de abertura, verificou-se que, por incluírem espaços não abrangidos pelo respetivo aviso ou por ultrapassarem o valor por metro quadrado, não foi possível à Câmara Municipal proceder à execução dessas obras. No entanto, apesar dessas situações, foram adquiridas duas habitações cujos projetos se encontram a ser elaborados para que se possam efetuar as necessárias intervenções. Futuramente o que está previsto no âmbito da renegociação do Governo com a União Europeia é que haja um reforço substancial de verbas para para que se possa intervir na área da habitação, sendo isso que desejamos aproveitar para fazer o que nunca foi feito. Se olharmos para a construção de habitação no concelho referiu que se terá a noção de que foram os particulares que investiram, sendo que a habitação pública existente no concelho nunca foi a Câmara Municipal que a edificou, mas sim o IGAPHE e o Governo pós 25 de abril, presentemente é que se tornou da responsabilidade dos Municípios esta questão da habitação. Ainda sobre habitação referiu ser um tema debatido não só no Município de Góis podendo constatar esse

facto em reuniões sendo perceptível que os pequenos municípios têm dificuldade em contornar a questão da habitação. Sobre o loteamento da Quinta do Baião referiu que o processo está em desenvolvimento nos serviços da DGUPA. Sobre a área de acolhimento empresarial referiu que o projeto se encontra feito, porém a incubadora, que será no antigo hospital, tem que ter um parecer do Património Cultural, tendo sido solicitado e posteriormente informado que não deferia nas condições previstas, pelo que são essas situações que obrigam a que se efetuem alterações que vão ao encontro do que entendem ser viável quando somos nós que iremos fazer o investimento no nosso território e que sabemos o que desejamos, sendo esta uma das justificações por se tratar de um processo que tem algumas dificuldades, além do tempo que demora a dar-mos uma resposta. Em relação à área de acolhimento empresarial o local, onde eventualmente esta poderia ser implementada, tem um conjunto de terrenos privados, pelo que face a isso trata-se de um processo moroso pelo que ainda está em fase de resolução. Sobre o Gabinete de Apoio ao Investidor referiu que para a sua existência o Município tem de ter técnicos que possam exercer essas funções, estando alguns técnicos alocados a essa matéria que dentro de algumas oportunidades que aparecem sinalizam e efetuam os devidos procedimentos. Em relação à Casa-Museu Alice Sande trata-se de um processo que vem de um mandato anterior, não pretendendo, com as suas palavras, atribuir culpas a quem quer que seja. Salientou que, ao longo dos anos, o Património Cultural teve sempre uma palavra a dizer sobre o projeto e, somente há cerca de um mês, obteve uma resposta, ainda que não oficial, contudo até à data a mesma ainda não foi rececionada oficialmente, pelo que também impede de avançar o projeto para a fase seguinte. Neste sentido, referiu que a dificuldade em avançar com alguns projetos não se deve somente a fatores internos, mas também externos o que, naturalmente, prejudica o desenvolvimento dos mesmos. Em relação ao licenciamento urbanístico referiu que também é nossa preocupação informando que recentemente reuniu com uma empresa que apresentou uma aplicação que irá fazer com que haja uma alteração na gestão do licenciamento no Município de Góis esperando que venha a ser a solução para resolver esta questão que a si também o incomoda porquanto os cidadãos têm direito a ter respostas dentro de um prazo razoável. Em relação aos Projetos do Parque do Cerejal e da Praia Fluvial das Canaveias tratam-se de projetos em desenvolvimento, pelo que a senhora chefe da DGUPA poderá prestar mais

esclarecimentos. Concluiu, referindo que sobre a EN342 ninguém fez mais do que a sua pessoa desde que a circulação entre Gois-Arganil ficou cortada para resolução desta situação, tendo chegado ao limite de propor que a Câmara Municipal fizesse a intervenção quando estiveram in loco o senhor Ministro, a I.P., a CIM RC, tendo sido apresentadas as soluções que são do conhecimento do Executivo. Realçou não haver mais nenhuma solução para além das que fizemos, não só politicamente, como praticamente de tudo temos feito, pelo que não admite qualquer tipo de lições por entender haver alguma injustiça na análise feita pelo senhor Vereador quando de tudo tem sido feito para resolução da situação. Terminou, referindo que o senhor Vereador concluiu a sua intervenção menorizando o papel do Presidente da Câmara Municipal, todavia está de consciência plenamente tranquila do trabalho desenvolvido diariamente.-----

-----Dada a palavra, o Senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu ter apresentado uma questão relativa à Zona Industrial de Cortes, bem como aos acessos à Zona Industrial da Alagoa, solicitando resposta às mesmas.-----

-----O senhor Presidente referiu tratarem-se de processos em desenvolvimento nos serviços da DGUPA, salientando as dificuldades com que se confrontam tecnicamente para que estes se concluem.-----

-----O senhor Vereador referiu que o senhor Presidente interpreta frequentemente as suas intervenções como tendo por objetivo diminuir a sua pessoa, sublinhando não ser essa a sua intenção. Esclareceu que a oposição pretende apenas sinalizar aquilo que entende dever seguir um caminho diferente, ou, em alguns casos, o mesmo caminho, mas de forma mais assertiva, de modo a contribuir para a resolução das questões em causa. Relativamente à EN342, referiu que o senhor Presidente foi dando nota dos e-mails remetidos, tendo sido enviada uma comunicação na fase inicial e, passado cerca de um mês, aquando da oportunidade de deslocação ao local de deputados do PS, foi reenviada uma nova comunicação, na medida em que não tinha sido rececionada resposta ao primeiro e-mail. Acrescentou que, no total, foram enviadas duas comunicações nesse período, verificando-se posteriormente o envio de um outro e-mail. Concluiu que, sobre este assunto, é este o conhecimento de que os Vereadores da oposição dispõem. Acresce que é também do conhecimento que o assunto tem sido abordado noutras entidades, levando a que outras pessoas se desloquem ao local. Porém, entende que, na prática,

o que deverá acontecer não passa por adotar qualquer atitude que possa colocar em causa a liberdade ou a legalidade dos procedimentos. Ainda assim, considera que não haverá problemas em prosseguir nesse sentido, na medida em que, ao propor nesta fase a realização de uma iniciativa para que a Câmara Municipal de Góis intervenha nesta estrada, não se pretende promover qualquer ilegalidade, mas sim exercer uma forma de pressão, a qual entende que deverá existir.-----

-----O senhor Presidente referiu que também ficaria bem ao Senhor Vereador valorizar as diligências que a Câmara Municipal tem vindo a efetuar, uma vez que se trata de uma matéria que não se insere no seu território nem nas suas competências diretas. Acrescentou que, terminado um período considerado razoável, é facto que todos desejam que a circulação seja reposta o mais rapidamente possível, salientando que, desde o início, essa tem sido a intenção do Município. Contudo, entende que não tem de informar a oposição sempre que toma um procedimento, salientando que, sempre que tem oportunidade em reuniões em que está presente, aborda o assunto em questão. A resposta que a Câmara Municipal de Góis tem tido é a mesma que outros Municípios também têm tido, sendo exemplo disso o caso de Penela, acresce que em todo o país foram sinalizadas 189 estradas impactadas. Estamos a falar de uma manutenção regular e de intervenções que mantenham as estradas em condições de boa circulação e devida sinalização. Relembrou que sempre que circula nas estradas de acesso ao concelho e verifica algumas situações que não estão em conformidade sinaliza-as, via e-mail, à I.P., a fim de que possam intervir com celeridade para evitar que as situações se mantenham. Fez ainda alusão à forma como, atualmente, é realizada a gestão das vias por parte da I.P., a qual difere significativamente da prática adotada no passado, o que conduz a que algumas situações se prolonguem no tempo. Concluiu, referindo tratar-se de um assunto que o preocupa e, por isso, está sempre na ordem do dia, mas como tudo está a chegar ao limite e, por isso, equacionou a possibilidade de ser o Município de Góis a realizar uma alternativa sendo que a resposta para esse mesmo efeito terá que ser emitida por quem de direito. Ainda nesta matéria questionou o senhor Vereador quanto à eficácia das diligências efetuadas pelos senhores deputados do PS apresentaram aquando da visita ao local, designadamente, se obtiveram algum tipo de resposta do senhor Ministro das Infraestruturas. Realçou que, com esta questão, não deseja afirmar que

fizeram mal, antes pelo contrário, uma vez que se tratou de deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Coimbra, que se deslocaram ao território, sinalizaram a situação e intervieram no Parlamento. Ainda assim, questionou qual o resultado concreto dessas diligências, admitindo que, eventualmente, possa ter sido semelhante ao das comunicações por si remetidas. Existem muitas formas de pressão e o Município de Góis tem vindo a utilizá-las, sendo que, até ao momento, o resultado se traduz no facto de a situação ainda não ter sido reposta.-----

-----O senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção fazendo alusão ao Rally de Portugal, referindo que o mesmo integra a nossa história, sendo considerado o maior evento internacional realizado no nosso país. Congratulou-se com o público que se associou à passagem da prova no nosso território, bem como com a imprensa nacional e internacional, por ter escolhido o troço de Góis para recolha de imagens e divulgação da prova no segundo dia da passagem, facto que vai ao encontro do trabalho que o Município de Góis tem vindo a desenvolver nesta matéria. Prevaleceu-se para agradecer à equipa técnica que andou no terreno, antes e após a prova, pelos trabalhos de manutenção efetuados em todo o trajeto. -----

-----Sobre a gestão do trânsito dentro da vila, informou que a mesma não estava prevista pelo ACP, não tendo havido qualquer comunicação dessa situação ao Município de Góis por parte das entidades competentes. Salientou ter apenas tido conhecimento da situação no dia seguinte à prova. No entanto, face ao incidente ocorrido durante a prova no troço de Arganil, a organização foi obrigada a adotar, de imediato, medidas extraordinárias, de forma a evitar a repetição de situações semelhantes. Reiterou que a decisão de encerramento da circulação no centro da vila de Góis não foi previamente comunicada, pelo que tomou as devidas diligências junto da organização, no sentido de obter esclarecimentos sobre os factos.-----

-----Ainda na área do desporto mencionou a realização do Góis Trail, evento a que se associam cada vez mais amantes deste desporto com a peculiaridade promover a beleza natural dos trilhos do nosso território, felicitando e agradecendo à organização e parceiros desta iniciativa. E, como Góis também é escolhido por outras entidades para realizarem as suas atividades, agradeceu à empresa Horizontes pela passagem do trail “Oh, Meu Deus!” no nosso território, iniciativa a que se associaram cerca de trezentos participantes, tendo a prova passado numa zona emblemática do concelho as nossas Aldeias do Xisto. -----

-----Relativamente ao passeio promovido pela Junta de Freguesia de Góis a todos os sêniore
aposentados desta freguesia referiu ter sido um convívio são entre todos, porquanto os
munícipes de todas as localidades desta freguesia tiveram a oportunidade de partilharem
momentos entre si, facto que a todos nos congratula pelo que agradeceu ao Executivo da Junta
pela promoção deste passeio em que o próprio pode verificar o quão importante é promover o
envelhecimento ativo dos nossos munícipes. E porque a nossa comunidade é importante para
todos nós convidou todos a associarem-se à comemoração do Dia da Família que terá lugar no
próximo domingo, no Parque do Cerejal, pelas 15.00 horas, cuja programação inclui um conjunto
de atividades dedicadas às famílias, animação musical com o teclista Gonçalo Vidal,
insufláveis para os/as mais novos/as, workshops e diversas atividades lúdicas, num ambiente
pensado para reforçar os laços familiares e promover o bem-estar comunitário. A tarde contará
ainda com um lanche aberto às famílias, reforçando o espírito de partilha que caracteriza a
iniciativa.-----

-----Terminou, agradecendo ao senhor Presidente a liderança e a forma como a exerce e a
transmite, sendo quatro anos a seguir a um momento de alguma inércia, não sendo em quatro
anos que conseguimos reverter essa situação, tendo em conta que estamos perante o
encerramento de um quadro comunitário e o início de um outro, pelo que agradeceu a forma
como tem liderado este mandato.-----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO: Não houve qualquer intervenção por parte do público presente.-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12
de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião
realizada no dia vinte e oito de abril de 2026, sendo assinada pelo senhor Presidente e por quem
a lavrou.-----

-----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, o
senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia, não participou na votação por não ter estado
presente na sessão a que a mesma respeita.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.2 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS/VOTO DE LAMENTO PELA DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE PASSAGENS DO RALLY DE PORTUGAL NA ESPECIAL DE GÓIS – A Câmara tomou conhecimento do Voto de Lamento pela Diminuição do Número de Passagens do Rally de Portugal na Especial de Góis aprovado na sessão da Assembleia Municipal de Góis, realizada no dia 27.04.26.-----

3.3 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS/MOÇÃO PELA URGENTE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL 342 NA LIGAÇÃO GÓIS-ARGANIL – A Câmara tomou conhecimento da Moção pela Urgente Recuperação e Valorização da Estrada Nacional 342 na Ligação Góis-Arganil, aprovado na sessão da Assembleia Municipal de Góis, realizada no dia 27.04.26.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia tomou a palavra para se pronunciar sobre o assunto em análise, centrando a sua intervenção na coerência das posições políticas assumidas relativamente à EN 342. Referiu que, na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2025, o grupo municipal do PSD apresentou um voto de saudação ao Governo, aprovado por unanimidade, no qual manifestava “enorme satisfação” com a deliberação do Conselho de Ministros que determinava a realização de estudos para uma ligação estruturante a Góis e Arganil. Recordou que, nessa ocasião, foram utilizadas expressões como “momento histórico”, “justiça” e “solidariedade”, tendo sido igualmente enaltecida a atuação do Governo e do Senhor Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz. Salientou que, menos de quatro meses depois, o mesmo grupo municipal apresentou uma moção, também aprovada por unanimidade, a exigir, com caráter de urgência, a recuperação da EN 342, reconhecendo, assim, a ausência de calendário, de projeto e de resposta concreta por parte da Infraestruturas de Portugal e do Governo. Considerou que tal evolução levanta uma questão evidente de coerência política, questionando como se pode passar, em tão curto espaço de tempo, de uma posição de grande satisfação para o reconhecimento público da inexistência de respostas e da persistência de graves constrangimentos para as populações e para a atividade económica. Afirmou que entre o anúncio e a concretização existe uma distância significativa, sublinhando que as populações não se podem alimentar de anúncios, sobretudo quando estes não se encontram devidamente calendarizados. Defendeu que o momento exige não entusiasmo político perante intenções, mas sim responsabilidade política na execução, atendendo ao facto de a EN 342 constituir uma

infraestrutura crítica para a mobilidade, para o acesso à saúde, à educação e para o desenvolvimento económico local. Concluiu, sublinhando que o concelho necessita de uma linha de atuação coerente, firme e consequente na defesa dos seus interesses, assente na exigência de resultados concretos, e não apenas na valorização de intenções.-----

3.4 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MEALHADA/MOÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO CONCELHO DE MEALHADA E MORTÁGUA NO COMANDO SUB-REGIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DE COIMBRA – A Câmara tomou conhecimento da Moção para a Manutenção do Concelho de Mealhada e Mortágua no Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil de Coimbra remetida pela Assembleia Municipal de Mealhada.-----

3.5 – ERSUC/DECISÃO SOBRE A RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA – A Câmara tomou conhecimento do ofício da ERSAR sobre a decisão da reclamação administrativa remetida pela ERSUC, relativa à decisão sobre os proveitos permitidos totais e tarifas reguladas para o período regulatório 2025-2027, conforme comunicação remetida pela ERSUC.-----

3.6 – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL/DANOS PROVOCADOS PELAS INTEMPÉRIES - CORTE DA EN342 - LIGAÇÃO ENTRE GÓIS E ARGANIL – O senhor Presidente referiu que a presente comunicação vem na sequência de algumas questões que têm sido abordadas em sede do Executivo, bem como a intervenção por si apresentada em sede do CI na qual esteve presente o senhor Presidente da IP, sendo esta a resposta oficial da entidade, a qual vem ao encontro das suas palavras transmitidas quando deu conhecimento da referida reunião, ou seja, que o projeto estará concluído em junho e que a intervenção prevê-se que se conclua no final do segundo semestre do ano em curso.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia tomou a palavra para se pronunciar sobre a resposta da IP relativa à situação da EN 342. Recordou que, na última reunião de Câmara, a senhora Vereadora Ana Rodrigues havia alertado para a necessidade de a pressão institucional não se esgotar na Infraestruturas de Portugal, devendo ser elevada ao nível do Governo, designadamente junto do senhor Primeiro-Ministro, Luís Montenegro. Referiu, contudo, que, entretanto, se verificou o contrário, tendo a abordagem sido conduzida ao nível técnico e regional, o que considerou preocupante, por entender que se trata de uma questão de natureza política, cuja resolução depende de decisão governamental. Assinalou que o Município tornou

pública a apresentação de uma proposta de solução provisória à Infraestruturas de Portugal para reposição da circulação na EN 342, valorizando essa iniciativa. Não obstante, sublinhou que tal solução apenas surge na sequência de uma falha do Estado no cumprimento das suas responsabilidades, considerando não ser aceitável que o Município procure resolver um problema que compete ao Governo e à Infraestruturas de Portugal. Acrescentou que, tratando-se de uma solução com potencial para mitigar, a curto prazo, os constrangimentos existentes, a mesma deverá ser concretizada com urgência. Referiu ainda que, da análise do documento remetido pela Infraestruturas de Portugal, resulta que se encontra em desenvolvimento um projeto designado “EN342 – Estabilização de Taludes”, abrangendo o troço entre os km 83,78 e 111,77, correspondente a cerca de 28 km de extensão. Considerou que tal enquadramento suscita questões de proporcionalidade e de prioridade, não fazendo sentido tratar um corte total de uma via estruturante, que constitui a principal ligação entre duas sedes de concelho, no âmbito de um procedimento genérico de estabilização de taludes com essa dimensão. Sublinhou que se está perante uma situação de emergência, localizada, com impacto significativo nas populações e na atividade económica, criticando o facto de a mesma estar a ser integrada num processo técnico alargado, sem diferenciação de prioridade, sem resposta imediata e com prazos que remetem a solução para o final do ano. Defendeu que uma situação de corte total de uma estrada deve ser tratada como uma prioridade absoluta, exigindo uma resposta célere e específica. Por fim, e não obstante as informações já prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara, colocou um conjunto de questões, solicitando esclarecimentos sobre a solução concreta proposta pelo Município, o tipo de intervenção previsto, os respetivos pressupostos técnicos e prazos, bem como sobre a resposta já obtida, ou não, por parte da Infraestruturas de Portugal. Concluiu, sublinhando que tal clarificação é essencial, tendo em conta que está em causa uma via estruturante, cuja interrupção continua a produzir impactos relevantes na vida das populações, das empresas e no acesso a serviços essenciais.-----

-----O senhor Presidente referiu que, quando estamos perante um documento, fazemos a leitura que entendemos ser a mais adequada à posição política que assumimos e à forma como decidimos ou não enfatizar determinadas situações. Referiu que, desde a primeira hora, sempre lhe foi transmitido que a I.P. já se encontrava a desenvolver o projeto, o qual não se limitava

àquela zona, abrangendo também a intervenção noutras situações anteriores que careciam igualmente de resolução. Acrescentou que nunca foi informado de que essa intervenção constituísse uma prioridade. Pelo que o que referiu na sua primeira intervenção seria a realização de uma intervenção semelhante à efetuada para repor a circulação entre S. Martinho e Piães, tendo realçado que nunca foi comunicado à Câmara Municipal que, apesar de o projeto estar a ser elaborado, não iria ser priorizada a intervenção naquela área. Reiterou tratar-se de uma preocupação sua, pelos argumentos anteriormente expostos. Acresce que o Ministro com competências nesta matéria tem conhecimento da situação, tendo exposto a mesma junto da I.P., procedimento igualmente por si adotado. -----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que a sua intervenção se consubstanciou na análise do documento, no qual a I.P. refere que ocorreu um corte de circulação no passado dia 12.02.2026, entre o Km 84 e o Km 86, na zona dos Sequeiros. Acrescentou que, no parágrafo seguinte, é indicado que a intervenção está prevista no âmbito do projeto de estabilização de taludes, prevendo-se a conclusão do projeto em junho de 2026 e o início das obras da empreitada no último trimestre do ano. Sublinhou que, em momento algum, é feita referência a qualquer tipo de prioridade, sendo apenas indicados os prazos de conclusão do projeto e de previsão de execução dos trabalhos.-----

-----O senhor Presidente informou da existência de um projeto anterior às intempéries o qual previa a intervenção no troço nas zonas em que foi impactado por outras ocorrências e, esse projeto como estava em desenvolvimento pretende-se concluí-lo onde a intervenção entre o km 84 e 86 km está prevista. Esclareceu que tal não significa, nem resulta do documento, que a intervenção seja efetuada em toda a extensão da área abrangida pelo projeto, nem que aquela zona não deva ser considerada prioritária, nomeadamente no que respeita à reposição da circulação e das condições de segurança. Referiu ainda ter-lhe sido transmitido que a prioridade seria precisamente essa reposição, de acordo com o projeto em elaboração, visando, numa fase imediata, garantir condições de segurança para a circulação nesta via, o que se pretende que seja assegurado com caráter prioritário.-----

-----Dada a palavra o senhor Vereador recordou que, na reunião da CIM RC, posteriormente à intervenção do senhor Dr. Miguel Cruz, em resposta às questões apresentadas pelo Senhor

Presidente relativamente ao corte na estrada EN342, o mesmo emitiu uma resposta idêntica à que consta no ofício em apreço. Referiu ainda que o Senhor Presidente se insurgiu, considerando que não poderia ser dessa forma, situação que, entretanto, foi objeto de notícia.-----

-----O senhor Presidente referiu que o que foi por si proferido é que não aceitava que a intervenção se prolongasse até ao final do ano, teria que ser de caráter urgente. Acresce que tem contactado periodicamente o responsável pela I.P. em Coimbra havendo sensibilidade para que se intervenha na zona com prioridade.-----

-----O senhor Vice-Presidente sobre o projeto de estabilização de taludes na EN342 referiu que o mesmo resulta de uma forte insistência do senhor Presidente do Município de Góis junto das entidades competentes para que se proceda a um conjunto de trabalhos em virtude desta via se encontrar com algumas debilidades em algumas zonas. Nesse sentido, referiu que têm vindo a ser tomadas diligências junto das entidades, tanto por parte do Município de Góis como do Município de Arganil, para que esta via seja requalificada, sendo que o referido projeto encontra-se a ser elaborado em função das solicitações apresentadas por ambos os Municípios. Referiu que, dias antes ao corte da estrada, esteve reunido com a empresa que se encontra a elaborar o projeto tendo sido informado que o local em questão era o que estaria mais frágil e cuja intervenção seria mais complicada de resolver. Acresce que foi sempre solicitado por nós que fosse dada prioridade a esta intervenção tendo em conta todos os constrangimentos que daí resultam, realçando que esta intervenção provavelmente não estaria no projeto inicial. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----O senhor Presidente interrompeu a reunião pelas 12h11m, tendo sido retomada às 12h20m.-

3.7 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA COMPLEMENTO À DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 31 DE OUTUBRO DE 2025/PROPOSTA

– O senhor Presidente referiu que o número e extensão das matérias da competência da Câmara Municipal de Góis e a periodicidade de reunião desta, inibem uma apreciação célere de vários assuntos, em reunião deste Órgão. Neste sentido, referiu que a delegação de competências constitui um instrumento destinado a conferir eficácia à gestão, possibilitando reservar para a reunião do Executivo as medidas de fundo e os atos de gestão do Município com maior relevância para o concelho e para os cidadãos que nele vivem e trabalham.

Pelo que o N.º 1 do artigo 44.º do CPA prevê que “Os órgãos administrativos normalmente competentes para decidir sobre determinada matéria, podem, sempre que tal estejam habilitados por lei, permitir, através de um ato de delegação de poderes, que outro órgão ou agente da mesma pessoa coletiva ou outro órgão de diferente pessoa coletiva pratique atos administrativos sobre a mesma matéria.”.-----

-----Face ao exposto, propôs que, em complemento à deliberação do Executivo Municipal de 31 de outubro de 2025, relativa à delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara e ao abrigo do disposto no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que a Câmara Municipal delegue no Presidente da Câmara, com faculdade de serem posteriormente subdelegadas nos Vereadores, conforme previsto no artigo 46.º do CPA, as competências necessárias para praticar todos os atos previstos no seguinte diploma legal, na sua atual redação, e que se encontrem atribuídos à Câmara Municipal e/ou Município: Regime Jurídico do Licenciamento e Fiscalização pelas Câmaras Municipais de Atividades Diversas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro. Mais propôs que a presente delegação de competências produza efeitos a partir da data de aprovação da presente Proposta.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, delegar no Presidente da Câmara, com faculdade de serem posteriormente subdelegadas nos Vereadores, conforme previsto no artigo 46.º do CPA, as competências necessárias para praticar todos os atos previstos no seguinte diploma legal, na sua atual redação, e que se encontrem atribuídos à Câmara Municipal e/ou Município: Regime Jurídico do Licenciamento e Fiscalização pelas Câmaras Municipais de Atividades Diversas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro.-

-----Mais deliberou, por unanimidade, que a presente delegação de competências produza efeitos a partir da presente data.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.8 – SPIRAL4SUMMER, SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO, LDA./FAZENDA DA AVÓ THOMAZIA – O senhor Presidente referiu que o representante legal da empresa SPIRAL4SUMMER, Serviços de Restauração, Lda., manifestou interesse na exploração comercial do espaço designado “Fazenda d’Avó Thomazia”, localizado junto à praia fluvial da Peneda, na Vila e Concelho de Góis através

da implementação de um bar/esplanada, para a época balnear durante o período compreendido entre maio e outubro, tendo para o efeito dado conhecimento ao Executivo das fundamentações apresentada pela empresa, bem como do enquadramento legal para que a Câmara Municipal delibere sobre o assunto em questão.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que, relativamente à proposta em apreciação, assumia uma posição favorável. Sublinhou tratar-se de um espaço com relevância para a dinâmica turística do concelho, em particular na Praia Fluvial da Peneda, destacando o trabalho desenvolvido ao longo dos anos pelo atual operador, nomeadamente ao nível do investimento realizado, da continuidade do serviço e do contributo para a valorização do espaço, com impacto positivo na experiência dos utilizadores. Considerou, neste contexto, adequada a solução proposta, por garantir estabilidade e funcionamento para a próxima época balnear. Ainda assim, e numa perspetiva construtiva, deixou algumas notas para reflexão futura, designadamente quanto à eventual oportunidade de, em momentos posteriores, se ponderar o modelo de atribuição deste tipo de espaços, reforçando, sempre que possível, os princípios de transparência e valorização dos ativos municipais. Referiu igualmente que poderá ser pertinente avaliar, em articulação com o operador, formas de continuar a qualificar o espaço e potenciar o seu contributo para a atratividade turística do concelho. Concluiu sublinhando que estas observações não colocam em causa o mérito da proposta nem o trabalho desenvolvido, antes visam contribuir para a sua evolução positiva e sustentada, reiterando, assim, o seu acompanhamento favorável à proposta.-----

-----O senhor Presidente referiu tratar-se de uma propriedade privada pelo que a Câmara Municipal não poderá proceder à abertura de procedimento concursal para exploração do espaço, podendo no futuro equacionar-se a aquisição do mesmo para que se possa efetuar uma gestão diferenciada.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, validar o pedido da empresa SPIRAL4SUMMER de exploração comercial do espaço designado “Fazenda d’Avó Thomazia”. ----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para-efeitos imediatos.-----

3.9 – STORYBUGGIES - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA/RAIDTT_LOUSÃ - GÓIS, AS ALDEIAS DE XISTO E OS PENEDOS DO MACIÇO IBÉRICO – Foi presente a informação da DAG – Serviço

Jurídico e de Contraordenações, datada de 29.04.26, relativa ao licenciamento e a isenção do pagamento das respetivas taxas do Raidtt_Lousã - Góis, As Aldeias de Xisto e os Penedos do Maciço Ibérico, evento a realizar no dia 30 de maio do ano em curso, tendo para o efeito procedido aos devidos esclarecimentos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar o licenciamento da referida prova desportiva e isentar o pagamento das respetivas taxas, licenciamento condicionado à apresentação da documentação em falta.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.10 – REGULAMENTO DE GESTÃO DO ARVOREDO EM MEIO URBANO DO MUNICÍPIO DE GÓIS

– **CONSULTA PÚBLICA** – O senhor Presidente referiu que na reunião da câmara municipal, de 14 de abril de 2026, foi deliberado dar início ao procedimento para elaboração do regulamento mencionado em epígrafe. Mais foi deliberado determinar o prazo de 5 dias para a constituição de interessados em cumprimento do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, na redação atual. Referiu que após o termo daquele prazo, constatou-se que não tinha havido constituição de interessados, e, por conseguinte, não foi aduzida nenhuma sugestão. Cumpre agora prosseguir com o procedimento, apresentar uma proposta de regulamento, bem como submeter o projeto de regulamento por um prazo de 30 dias, a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do CPA para recolha de sugestões, procedendo para o efeito à sua publicação na 2.ª série do Diário da República, e na *Internet*, no sítio institucional do município, com a visibilidade adequada à sua compreensão. Simultaneamente é disponibilizado o projeto de regulamento, para efeitos de consulta pública, à União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal, Freguesia de Alvares, Freguesia de Góis e Freguesia de Vila Nova do Ceira, em cumprimento do n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto. Os interessados deverão dirigir, por escrito, as suas sugestões no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do projeto de regulamento.-----

-----Face ao exposto, o senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal delibere: -----

-----1) Submeter o projeto de regulamento por um prazo de 30 dias, a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do CPA para recolha de sugestões, mediante publicação por extrato na

2.ª série do *Diário da República*, bem como publicação integral na Internet no sítio institucional do Município, bem como disponibilização às juntas de freguesia. -----

-----2) Que as sugestões sejam dirigidas por escrito ao Sr. Presidente da câmara municipal, para Câmara Municipal de Góis, Praça da República, 3330-310 Góis ou através de *e-mail* para correio@cm-gois.pt.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia começou por reconhecer o mérito da proposta de Regulamento de Gestão do Arvoredo e a sua importância para a valorização ambiental e urbana do concelho. Não obstante, salientou uma questão que considerou essencial, relacionada com a capacidade de execução do regulamento, atendendo ao disposto, nomeadamente, nos artigos 5.º e 23.º, que implicam a monitorização, avaliação periódica e gestão ativa do arvoredo. Nesse sentido, questionou se o Município dispõe dos meios técnicos e humanos necessários para assegurar o cumprimento dessas responsabilidades.-----

-----O senhor Presidente referiu que o Gabinete Técnico Florestal monitoriza e sinaliza as áreas onde é necessária intervenção, quer de manutenção quer de corte, com o objetivo de reduzir os riscos associados à perigosidade. Informou que, para a execução dessas intervenções, é necessária a realização de procedimentos de contratação pública, uma vez que os trabalhos terão de ser efetuados por equipas especializadas. Acrescentou que poderá existir a necessidade, em determinados momentos, de recorrer a um especialista da área para uma avaliação mais aprofundada, procedimento que, quando se justifique, será naturalmente adotado pela Câmara Municipal. Contudo, salientou que, numa fase inicial, essa avaliação é assegurada pelo Gabinete Técnico Florestal, o qual dispõe de dois técnicos, apesar da elevada carga de trabalho decorrente da dimensão florestal do concelho e das responsabilidades que recaem sobre o Município.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo senhor Presidente.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.11 – DELIBERAÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA (CIM RC) – UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO RELATIVO À REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS ENTRE 01 DE JUNHO E 30 DE SETEMBRO 2026 – O senhor Presidente informou que o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC), foi deliberada a

recomendação aos Municípios para não autorização da realização de queimas e queimadas entre 01 de junho e 30 de setembro 2026.-----

-----Referiu que, nesta matéria, o Decreto-Lei nº 82-2021, de 13 de outubro, estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento. Os artigos 65º e 66º são fundamentais para a implementação de medidas de prevenção e combate aos incêndios rurais. O artigo 65º- Queimadas refere que é permitida a realização de queimadas mediante autorização do município ou comunicação prévia, exceto se for verificado o nível de perigo de incêndio rural “muito elevado” ou “máximo” em que a sua realização não é permitida. Já o artigo 66º- Queima de amontoados e realização de fogueiras, estipula que a queima de amontoados e a realização de fogueiras quando o índice de perigo de incêndio rural seja inferior ao “muito elevado” a queima de amontoados, incluindo a que decorra de exigências fitossanitárias depende da autorização da Câmara Municipal entre 1 de junho de 31 de outubro.-----

-----Considerando a necessidade de reforçar a uniformização de um procedimento à escala intermunicipal que reduza práticas de risco nos espaços rurais por parte da população durante o período mais favorável à ocorrência de incêndios rurais, pelo que após análise técnica dos 19 Gabinetes Técnicos Florestais, referiu ter sido recomendada a manutenção do período entre 1 de junho a 30 de setembro para que todos os municípios do território da CIM RC não autorizem a realização de queimadas ou queimas de amontoados.-----

-----Face ao exposto, o senhor Presidente propôs, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 82/2021, na sua atual redação, que a Câmara Municipal delibere sobre a determinação da proibição da realização de queimas e queimadas entre 01 de junho e 30 de setembro 2026, devendo ser efetuada a publicitação através de edital e suspensos os registos via plataforma eletrónica: <https://fogos.icnf.pt:8443/queimasqueimadas>.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, proibir a realização de queimas e queimadas entre 01 de junho e 30 de setembro 2026.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.12 – PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA DE ALIENAÇÃO DE UM LOTE DE MATERIAL LENHOSO AFETADO PELA TEMPESTADE KRISTIN SITO NA MATA DA OITAVA – Foi presente a informação

do Gabinete Técnico Florestal e Georreferenciação, datada de 06.05.26, relativa à Proposta de Hasta Pública de Alienação de um Lote de Material Lenhoso Afetado pela Tempestade Kristin, sito na Mata da Oitava, Processo Nº 2026/150.10.100/53.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:-----

-----a) Autorizar a alinação de um Lote de Material Lenhoso Afetado pela Tempestade Kristin, sito na Mata da Oitava;-----

-----b) Aprovar as Peças do Procedimento: Programa de Concurso e de Caderno de Encargos;-----

-----c) Designar a Comissão de Acompanhamento: Presidente: Filipe Miguel Rodrigues Moreira, Vogais Efetivos: Marco Filipe Neves Dias; Ana Isabel Brás Marques Santos; Vogais suplentes: Guilherme João Costa Dias e Rui Miguel de Almeida Catarino.-----

-----d) Gestor do Contrato: Filipe Miguel Rodrigues Moreira.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.13 – ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO – Foi presente a informação do Gabinete Técnico Florestal e Georreferenciação, datada de 07.05.26, relativa ao Processo Nº 2022/150.10.100/47.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a ação de (re) arborização com o seguinte código: PR.005550.2026.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.14 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL – O senhor Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes e de capital, datado do sete de maio do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo I da presente Ata.--

-----**MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**-----

-----**3.14.1 – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 1.063,34 €, relativo ao Projeto 61 - EDP/DPO - Encarregado de Proteção de dados / Data Protection Officer.-----

-----**3.14.2 – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 403,88 €, relativo ao Projeto 177 - Programa Inovação Social EKUI.-----

-----**3.14.3 – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 2.301,31 €, relativo ao Projeto 94.1 - Serviços Projeto de Cibersegurança.-----

-----**MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**-----

-----**3.14.4 – Freguesia de Alvares** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ relativo à Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia.-----

-----**3.14.5 – União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ relativo à Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia.-----

-----**3.14.6 – Freguesia de Góis** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ relativo à Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia.-----

-----**3.14.7 – Freguesia de Vila Nova do Ceira** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ relativo à Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.15 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia onze de maio do ano em curso, no montante de quatro milhões, oitocentos e noventa mil, setecentos e trinta e dois euros, e sessenta cêntimos. -----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA COMPLEMENTO À DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 31 DE OUTUBRO DE 2025/PROPOSTA; SPIRAL4SUMMER, SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO, LDA./FAZENDA DA AVÓ THOMAZIA; STORYBUGGIES - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA/ RAIDTT_LOUSÃ - GÓIS, AS ALDEIAS DE XISTO E OS PENEDOS DO MACIÇO IBÉRICO; REGULAMENTO DE GESTÃO DO ARVOREDO EM MEIO URBANO DO MUNICÍPIO DE GÓIS – CONSULTA PÚBLICA; DELIBERAÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA (CIM RC) – UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO RELATIVO À REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS ENTRE 01 DE JUNHO E 30 DE SETEMBRO 2026; PROPOSTA DE HASTA PÚBLICA DE ALIENAÇÃO DE UM LOTE DE MATERIAL LENHOSO AFETADO PELA TEMPESTADE KRISTIN SITO NA MATA DA OITAVA;



ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta e seis minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
